



DO TERRITÓRIO À RETERRITORIALIZAÇÃO: o caso da Vila Residencial Nova Canaã, Paço do Lumiar - MA.

Maria Cláudia Cardoso Corrêa¹

Juarez Soares Diniz²

RESUMO

Este estudo, centrado numa análise qualitativa, tem como objetivo analisar a dinâmica territorial decorrente do processo de desterritorialização da antiga Vila Madureira - São Luís/MA para a reterritorialização da Vila Residencial Nova Canaã – Paço do Lumiar/MA, assumindo posições estratégicas de interesses dos agentes dominantes, de localizar novos empreendimentos, frente à instalação de uma Usina Termelétrica com grande proximidade ao Porto do Itaqui (a UTE Porto do Itaqui), o que suscitou reações sociais com intenso caráter socioambiental, envolvendo, sobretudo, populações que se unem para lutar pela garantia de seus direitos.

Palavras-chave: Território. Desterritorialização. Reterritorialização. Vila Residencial Nova Canaã - Paço do Lumiar/MA.

ABSTRACT

This study focused on a qualitative analysis aims to analyze the dynamics of the process of territorial dispossession resulting from the former Vila Madureira - São Luís / MA for the repossession of the Vila Residencial Nova Canaã - Paço Lumiar / MA, assuming positions of strategic interests dominant players, locating new ventures, ahead of the installation of a Thermal Power Plant with close proximity to the Porto do Itaqui (UTE Porto do Itaqui), which aroused intense social reactions to socio-environmental, involving mainly people who unite to fight by ensuring their rights.

Keywords: Territory. Deterritorialization. Reterritorialization. Vila Residencial Nova Canaã – Paço do Lumiar/MA.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA).E-mail: mclaudia.geo@gmail.com

² Doutor. Universidade Federal do Maranhão – UFMA.



1 INTRODUÇÃO

O modelo econômico capitalista vem provocando na sociedade a utilização acelerada dos recursos naturais na qual a natureza é fonte de riqueza e dominação. No Brasil e, especialmente, na Amazônia brasileira há, atualmente, uma retomada acelerada de grandes projetos de desenvolvimento, “que previa a industrialização e, conseqüente, modernização do país e, concomitante e associadamente, a integração da Amazônia à dinâmica econômica nacional e internacional” (SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p. 45). O entendimento, ainda presente, da Amazônia brasileira é como um grande “vazio demográfico” a ser ocupado desconsiderando a existência de inúmeros grupos sociais e povos que milenar ou secularmente ocupam a região e nela constituem relações produtivas, sociais e culturas, com características próprias, que reagem e enfrentam, na medida em que seu modo de vida entra em confronto com o modelo de desenvolvimento que os impacta.

Na Amazônia Oriental, o Projeto Grande Carajás “concebido para garantir a exploração e comercialização das ricas jazidas de minério localizadas no sudeste do Pará” (SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p. 47) e com uma grande influência para as iniciativas de desenvolvimento no Estado do Maranhão, conforme afirma ainda o mesmo autor, desde o final da década de 1970, na porção sudoeste da Ilha do Maranhão foram implantados a BR-135, que liga a Ilha do Maranhão às outras regiões do país, constituindo-se em um dos principais corredores de exportação do Brasil; a Estrada de Ferro Carajás; o Complexo Portuário de São Luís (formado pelos Porto do Itaqui e da Ponta da Madeira, pertencente à Vale); a Alumar, e devido à proximidade com estes projetos urbano-industriais, tornou-se uma área bastante cobiçada para a continuidade das grandes obras econômicas e de infraestrutura como, a Usina Termoelétrica – UTE do Porto do Itaqui, da empresa paulista MPX Mineração e Energia Ltda., tratando-se de “uma unidade geradora de energia elétrica que terá como combustível o carvão mineral com baixo teor de enxofre e alto poder calorífico, a ser importado e transportado em navios até o Porto do Itaqui, nas proximidades da Usina” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2008).

A Usina Termelétrica do Porto do Itaqui é um empreendimento que compõe a política energética do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Lançado em 22 de janeiro de 2007 pelo Governo Federal, o programa foi concebido como o carro-chefe da política de incentivo ao desenvolvimento econômico da gestão do presidente Lula para o



período de 2007 a 2010, visando “superar os déficits em infraestrutura, desenvolvimento econômico social, e desequilíbrios do desenvolvimento regional, através da aceleração do crescimento econômico, aumento da empregabilidade e melhoria das condições de vida da população” (PEREIRA, 2010, p. 30). O local escolhido para a implantação da UTE foi numa área às margens da BR-135, onde se situava a comunidade Vila Madureira, “devido às proximidades com o Porto do Itaqui, o que facilitaria o transporte do carvão a ser importado; a possibilidade de utilização das águas do mar e da interligação com o Sistema Integrado Nacional por meio da Linha de Transmissão da Eletronorte” (PEREIRA, 2010, p. 36).

Para possibilitar a instalação da UTE, o Plano Diretor da cidade recebeu uma alteração que permitiu a conversão de 1.064 hectares de Zona Rural II para Zona Industrial (Lei Municipal nº 4.548, de 09 de dezembro de 2005), o que passou a liberar a utilização da área para implantações industriais (CARVALHO, 2010, p. 09). A área abrangeria a instalação de um Pólo Siderúrgico (que não se consolidou) numa área prevista entre o Porto do Itaqui e o Rio dos Cachorros, compreendendo doze povoados, dentre eles: a Vila Madureira – o objeto de estudo nesta pesquisa, pelo fato de ter tido a população ameaçada e deslocada para outro município da ilha do Maranhão (Paço do Lumiar), a qual houve a mudança do nome do povoado para Vila Residencial Nova Canaã, dinâmica esta importante a ser estudada por conta dos transtornos físicos, emocionais e morais da população.

O preço do solo urbano/mercadoria determina imediatamente a expulsão de um contingente populacional para áreas periféricas (DINIZ, 2007). Percebe-se que o poder público tem atuado em consonância com a implementação de grandes empreendimentos, utilizando-se de instrumentos de planejamento voltados à organização territorial para possibilitar as instalações industriais. Então, esta pesquisa tem o objetivo de analisar o conceito de território como espaço usado pela integração e mobilidade, ou seja, o território entendido como um campo de força que liga a produção espacial, o espaço de produção e circulação a análise conceitual de ambos que implicará em prévia exposição da categoria territorialidade, fundamental para se compreender a mobilidade do território, a desterritorialização e a reterritorialização da Vila Residencial Nova Canaã. Dentro da abordagem qualitativa, a análise constitui-se descritiva em que os fatos ou fenômenos são trabalhados através das técnicas de revisão da literatura, entrevistas, observações, coleta de dados e o corte temporal-espacial buscando pela percepção dos moradores da comunidade.

2 PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E IDENTIDADE



Os grandes projetos são empreendimentos considerados indispensáveis ou de muita importância para o desenvolvimento econômico-social, regional (e nacional). Ocupam extensas áreas e afetam o meio com impactos socioambientais significantes, reconhecidos pelos habitantes locais. Segundo Vainer (1992, p. 34):

São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos.

Esses eventos proporcionaram à cidade de São Luís várias mudanças, sendo uma delas o aumento do contingente populacional, que no período de 1970/1980 praticamente duplicou. Em virtude desse crescimento, a cidade apresentou problemas de ordem socioeconômicas bastante visíveis. O crescimento populacional desordenado trouxe problemas de habitação, saúde, segurança e favoreceram o surgimento de ocupações irregulares, palafitas e favelas, problemas esses que têm evoluído consideravelmente, à medida que a urbanização cresce (DINIZ, 2007). Pressupondo assim que um espaço geográfico tornou-se apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades – territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social (BOURDIEU, 1989 *apud* PORTO-GONÇALVES, 2002).

Contudo, refletindo a dinâmica territorial existente nesta realidade podemos diferenciar o “território construído” do “território dado” (FLORES, 2006). O primeiro, é caracterizado pela concepção de que nesse território o homem constrói, mantém e desenvolve seu modo de vida e reprodução, criando sobre ele, e nele diversos vínculos de cunho emocional-afetivo e sociopolítico, como ocorreu na antiga Vila Madureira, um ambiente criado pelos próprios moradores. Já a segunda expressão, refere-se a uma territorialidade ‘forjada’, uma realidade manipulada e transformada para responder a determinados parâmetros, como se a partir de objetivos propostos e metas pré-definidas o território fosse moldado para atender interesses privados, visto o que acontece atualmente na Vila Residencial Nova Canaã, uma população que teve de se adaptar as mudanças nas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.



Haesbaert Costa sinaliza três vertentes de conceitos para território: 1) jurídico-política – definido por delimitações e controle de poder, especialmente o de caráter estatal; 2) a cultural – visto como produto da apropriação resultante do imaginário e/ou “identidade social sobre o espaço”; 3) a economia – destacado pela desterritorialização como produto do confronto entre classes sociais e da “relação capital-trabalho”. O mesmo autor afirma que os mais comuns são posições múltiplas, compreendendo sempre mais de uma das vertentes (2005, p. 39-40). Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2005).

O território é resultado e determinante da concomitante territorialização, sendo produzido espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas (SAQUET, 2011, p. 27). A territorialização significa apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem as diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados (SAQUET, 2011, p. 22).

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2005). A identidade conforme Santos (1996, p.14), “o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence, o território é fundamento do trabalho, o lugar da residência, de trocas materiais e espirituais, e do exercício da vida”. Acrescenta-se que o mesmo pode ser também o lugar da resistência, da defesa, da luta pela sobrevivência. Não é um lugar qualquer, mas sim um lugar cheio de significados para aqueles que o constroem, que nele vivem.

3 DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO DA VILA RESIDENCIAL NOVA CANAÃ

Induzindo para uma abordagem geográfica o termo território tem o significado de pertencimento – a terra pertence a alguém – não necessariamente como propriedade, mas devido ao caráter de apropriação, reconhece como espaço de relações de poder, mas



também é palco das “ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço” assim como a desterritorialidade é entendida como “perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território”, e a re-territorialidade como a “criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território (...)” (CORRÊA *apud* SANTOS, 1996, p. 252). Neste caso, os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono no velho território para o novo, podendo assim associar com a realidade a ser vivida com a antiga Vila Madureira, hoje deslocada para a Vila Residencial Nova Canaã.

No entanto, no processo de desterritorialização a dimensão política deve ser associada à dimensão econômica, visto que o domínio e apropriação do espaço promovido pelo dinamismo capitalista vêm promovendo rupturas danosas em prol da “moderna” economia globalizada. Desterritorializar uma população destruindo suas relações sociais, promovendo o rompimento da identidade e vem destruindo formas de organização social, além da perda da biodiversidade biológica. Tais ações levaram a Geografia a pensar em territórios que se constroem e se desconstroem a partir da dinâmica social do trabalho e das relações de produções e circulação do capital. Sabendo que o desterritorialização é um processo de “transformação”, logo essa “transformação” se materializa em algo “novo” que é reterritorializado. Assim, o primeiro se desterritorializa para em seguida reterritorializar. A reterritorialização é uma nova projeção do território, que foi influenciado por dinâmicas / agentes de caráter variado.

Os elementos principais da territorialização também estão presentes na desterritorialização: há perda, mas há reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas formas de relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados; há redes de circulação e comunicação, que substantivam a desterritorialização, o movimento, a mobilidade. (...) os processos de territorialização, desterritorialização, reterritorialização estão ligados, completam-se incessantemente e, por isso, também estão em unidade (SAQUET, 2007, p.163).

A partir da saída do local (Vila Madureira) e do processo de reassentamento das famílias, houve mudanças significativas e, dentre elas, destacamos três: 1) Mudaram-se os aspectos territoriais, uma vez que o reassentamento se situa não mais numa extensão rural, mas em uma área concentrada, mas numa área que está em processo de início da urbanização inviabilizando a continuidade de atividades de pesca e agrícola, devido à distância. 2) Mudaram-se os aspectos sócio-econômicos, uma vez que as famílias perderam



parte de suas relações de vizinhança (a maioria tinham parentescos), de organização e de suas atividades, principalmente a prática da várias atividades. 3) Mudaram-se os aspectos culturais, haja vista que toda a vida dessas famílias estavam relacionadas com o rio, a terra para cultivo no quintal de suas casas e manifestações religiosas.

A situação atualmente na Vila Residencial Nova Canaã, segundo a grande maioria dos moradores é de frustração, pelo o que pode acontecer logo após o fim do contrato (03 anos) com a empresa MPX, responsável pelo deslocamento dos antigos moradores da Vila Madureira. Houve muitos benefícios com as indenizações realizadas pela troca do seu território de origem, foram 100 casas distribuídas para 100 famílias cadastradas no projeto de moradia da empresa, equipadas com geladeira, televisão, computador, liquidificador e fogão com botijão cheio em cada casa, além de água encanada e energia elétrica, escola, praça, rádio comunitária e projetos futuros de posto de saúde e de segurança na localidade.

Como esta comunidade vivia da agricultura e da pesca, a empresa MPX projetou o Pólo Agrícola com 56 hectares de área (360 m de terreno para cada família) e 20 hectares de reserva, além dos insumos, adubos e biofertilizantes fornecidos pela empresa, as hortaliças produzidas no pólo são vendidas para redes de supermercados, feiras livres nos bairros de São Luís e na própria feira da comunidade. Porém, a dificuldade é na mobilidade até o pólo que fica a 5 km da Vila Residencial Nova Canaã, os moradores não possuem transportes adequados para a sua locomoção então alguns preferem “levantar” suas residências no interior do Pólo Agrícola. Muitas das casas distribuídas pela empresa já foram vendidas ou abandonadas pelos moradores porque acharam longe para onde foram deslocados, além do transporte coletivo ser precário.

Outro problema que se instalou posteriormente nas proximidades da Vila Residencial Nova Canaã é a Usina de asfalto (PAVITEC), que incomoda os moradores pela fumaça escura, barulho e com odor, prejudicando a qualidade de vida e saúde das famílias. A atuação da fábrica de asfalto que a população alega estar causando poluição, os remetem aos fatos sobre a área de moradia anterior, fazendo-os revelar que um dos motivos impulsionadores para aceitarem a saída da Vila Madureira foi a constante poluição causada pela atuação das empresas ali instaladas e que por tal, lutariam para a fábrica de piche se deslocar daquele local.



4 CONCLUSÃO

A nova estrutura da produção capitalista e da tecnologia tem produzido novas formas de territorialização, promovendo a desterritorialização de um lado, e a reterritorialização de outro, provocando muitas vezes, mudanças sociais e desarmonias no território concebido, vivido e imaginário, haja vista que no novo território as pessoas não encontram os valores simbólicos que tinham antes e, ao mesmo tempo, não encontram outros, ao menos de imediato, para a construção de novos referenciais. Com o projeto da Usina Termelétrica Porto do Itaqui transformações atenuaram na organização territorial e na dinâmica socioambiental de São Luís - MA, atingindo diretamente uma comunidade que foi deslocada do seu antigo lugar de moradia, resultando em diferenças quanto à configuração do conflito, consequências de ausências de políticas públicas, igualmente no processo de luta pelos seus direitos, sendo, entretanto, importante considerar os processos de apego ao lugar, organização comunitária e coesão social, estabelecido como método de luta ou não por permanência no território.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, F. C de. **Metamorfoses do Território: o (re)surgimento de conflitos na implantação de grandes projetos de desenvolvimento.** São Luís: GEDMMA/UFMA, 2010.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In SANTOS, Milton *et. Al.* (org.) **Território: Globalização e Fragmentação.** 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 251-256.

DINIZ, J. S. **As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos.** Ciências Humanas em Revista - São Luís, V. 5, n.1, julho 2007.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte.** Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade – RIMISP, 2006.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Pedido de Liminar – Suspensão de Audiência Pública.** Procuradoria da República no Estado do Maranhão. 2º Ofício Cível. 2008. Ref: PA/PR/MA 1.19.000.000331/2008-88 Disponível em: <http://www.prma.mpf.gov.br/uploads/File/ACP%20TERMOELETRICA.pdf>. Acessado em 01/07/2011.



PEREIRA, P. M. N. **Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís-MA: O caso da instalação de uma usina termelétrica.** São Luís: Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, 2010. Monografia de Graduação.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: **La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial.** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A de (Org.). **Ecossistemas dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá – Mirim.** São Luís: EDUFMA, 2009.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VAINER, C. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992, 86p.